

# O APELO DA SOLIDARIEDADE E DO VOLUNTARIADO NOS PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS: boas intenções e efeitos duvidosos

Erivã Garcia Veloso<sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo trata de programas de qualificação profissional de jovens no âmbito da Política Pública para o Trabalho no Brasil, como o apelo à solidariedade e ao voluntariado, que conforma um discurso assente no ideário neoliberal, traduzido num recurso teórico-filosófico diante da crise capitalista, em especial face seu rebatimento no mundo do trabalho. Pretende uma abordagem introdutória não abrangente, porém crítica, do fundamento político deste recurso e deste discurso. São pressupostos o fenômeno da reestruturação produtiva e seus impactos na redefinição do papel do Estado e sobre as políticas públicas e sociais.

Palavras-Chave: Solidariedade. Voluntariado. Qualificação Profissional. Jovem.

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, especialmente nos últimos anos da década de 1990, tomou forma a concepção de solidariedade e de voluntariado como ação cívica, cujo objetivo gira em torno da mobilização de pessoas, empresas e instituições da sociedade civil para enfrentar seus próprios problemas; tanto pela articulação de iniciativas e recursos, quanto pela reivindicação de políticas públicas. Parte-se de um pressuposto geral de que a participação direta de cidadãos em atividades sociais pode contribuir para o enfrentamento da exclusão social e para a consolidação de uma cidadania participativa. Nesta perspectiva, assegurar direitos humanos e sociais passa a ser uma responsabilidade não apenas do Estado, mas de toda a sociedade. É, pois, na convergência com esse pensamento que aparece o cidadão voluntário que, motivado pelos valores de participação e solidariedade, doa seu tempo, trabalho e talento, de maneira espontânea e não remunerada, para causas de interesse social e comunitário. Pensado desse modo, o voluntariado deixa de interessar apenas à elite ou àqueles que têm tempo disponível e passa a ganhar espaço entre os governos, as empresas e os setores populares subalternizados, massificando uma ideia de que, essa ação social é de interesse e de responsabilidade de todos.

Esta tônica tem-se feito presente também nas formulações programáticas da Política Pública para o Trabalho, especialmente naquelas direcionadas para qualificação profissional de jovens, fundamentalmente de jovens candidatos ao primeiro emprego. Em que medida este apelo compõe o processo de transformação societária? No mundo do trabalho é ele visivelmente uma parte importante, senão central, não constituindo, portanto, num recurso qualquer. É o que este artigo pretende, em linhas gerais, abordar.

---

<sup>1</sup> Professora da Universidade Federal do Mato Grosso e aluna do curso de Doutorado do programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão.

Inicialmente, sinaliza as alterações no sistema produtivo mundial e as repercussões no processo e organização do trabalho, para depois focar as políticas da área, com destaque para a qualificação profissional, procurando questionar nos programas de qualificação de jovens, compreendidos como alternativa para o enfrentamento do desemprego juvenil, a presença recorrente desse apelo e desse recurso como fomentador de uma cidadania ativa, já que os jovens passam contemporaneamente a ser reconhecidos como sujeitos sociais portadores de direitos e de novas identidades coletivas, paradigma esse mais no campo discursivo e ainda a ser construído (LEITE, 2003; LEÓN, 2003; SPOSITO e CARANO, 2003). No tratamento dessa questão, introduz o debate presente na literatura sobre as temáticas do voluntariado e da solidariedade vinculadas ao ideário neoliberal, e enfrenta o desafio de aventar, na contramão desse projeto, a reafirmação de um outro tipo de solidariedade e participação.

É esse caminho, portanto, que o artigo percorre tentando apreender, na particularidade de programas de qualificação profissional de jovens no âmbito da Política Pública para o Trabalho no Brasil, como o apelo à solidariedade e ao voluntariado conforma um discurso assente no ideário neoliberal, que se tem traduzido num recurso teórico-filosófico diante da crise capitalista, em especial face seu rebatimento no mundo do trabalho. Visa uma abordagem introdutória que, embora não abrangente, se pretende crítica acerca do fundamento político desse recurso e desse discurso.

## **2 POLÍTICA PÚBLICA PARA O TRABALHO - desenho de uma política num mundo em transformação e o lugar dos jovens**

O desemprego como fenômeno mundial é fato incontestável, ainda que seja preciso tomar o devido cuidado com análises que tornam conclusivo o processo de globalização, reproduzido e generalizado no mundo capitalista, sendo necessário reconhecer especificidades nacionais, assim como formas de seu enfrentamento. A mistificação ideológica do “mercado livre” que ancorou a entrada do país nos anos de 1990 na agenda do ajuste, ditada pelo centro hegemônico, impôs mudanças no cenário econômico, político e social brasileiro, caracterizando, entretanto, uma inserção seletiva pois, ao mesmo tempo que insere regiões, espaços competitivos, segmentos de setores produtivos, frações da classe trabalhadora, na sua contraface encontram-se lugares, espaços, setores, segmentos e indivíduos excluídos (POCHMANN, 1999; CARVALHO, 2002).

A orientação neoliberal que se concretizou no Brasil de modo tardio produziu efeitos graves com transformações no mercado e relações de trabalho, ajuste pela terceirização, crescimento de empregos rotativos e de baixa qualidade e pela informalização. Foi nesse mesmo contexto que alterações nas políticas de emprego se efetivaram, cuja marca fundamental foram mudanças nos objetivos e nos conteúdos das políticas de inspiração keynesiana que deslocam o eixo emprego para o mercado de trabalho. Deste modo, a focalização em grupos vulneráveis, com destaque para os desempregados e trabalhadores do setor informal, passou a ser marca nessa mudança de lógica, uma vez que foi na contramão das políticas que

caracterizaram o período fordista, pensadas de modo sistêmico, articuladas às políticas macroeconômicas e com compromisso com o pleno emprego.

Num país sem tradição de políticas públicas de emprego como o Brasil, o tema vai aparecer na agenda apenas a partir do final da década de 1980, sendo que os programas de formação e qualificação profissional ganham importância e visibilidade porque passam a ser entendidos como alternativas possíveis diante da crise do emprego, junto com a criação de subsídios para os desempregados ou créditos para segmentos mais fragilizados (POCHMANN, 1998; SILVA, et al, 2001).

Assim, em vez de integração as políticas passam a enfatizar a inserção, denotando mudança. Enquanto a primeira revela-se como expressão da sociedade salarial e seus decorrentes, a segunda obedece à lógica da discriminação positiva, ou seja: pressupõe definições estratégicas específicas para grupos focalizados. Aparecem, pois, as vítimas do desemprego, os inseridos em empregos precários e instáveis, os de baixa escolaridade; enfim: aqueles que não têm um padrão de vida com as necessidades humanas básicas incondicionalmente satisfeitas, os inintegráveis, nos termos de Castel (1998).

Ao se referir à desestabilização da condição salarial na França, Castel (1998) adverte que estas políticas de inserção foram instituídas como estratégias de duração limitada para não deixar definitivamente no abandono aqueles segmentos da população em situação de inúteis em razão da crise do trabalho. Contudo, de modo paradoxal, aquilo que nasce para ser provisório acaba se revestindo de permanência sem atingir o fulcro do processo que produz as situações de exclusão. As políticas se transformam, consolidando um tipo de ação que nascendo para ser pontual, marca a instalação no provisório como modo de existência (CASTEL, 1998, p. 543).

É possível afirmar que no Brasil, o princípio da focalização inaugurado nos anos de 1980, associado à descentralização e a privatização como componentes da agenda de reformas de agências internacionais para a América Latina, fazem alusão a esta linha de pensamento materializando-se em medidas compensatórias denotando uma estratégia fragmentadora da pobreza. São políticas que elegendo zonas específicas de intervenção buscam aliviar principalmente a situação de desemprego, mas são insuficientes na perspectiva da inclusão social. Neste aspecto, uma tentativa de precisão conceitual proposta por Sposati (2001) contrapõe políticas de inserção e políticas de inclusão, pois estas últimas, multidimensionais por abarcarem outras dimensões além da econômica - política, cultural, ambiental, de gênero - encontrariam seus fundamentos na ética e na justiça social.

A preocupação com a qualificação da força de trabalho, a ponto de passar a ser objeto de programas específicos, ocorre, então, com forte associação com o problema do desemprego. O argumento para tal investimento é justificado diante do agravamento da situação de desemprego e precarização do mercado de trabalho brasileiro, atribuído ao perfil inadequado do trabalhador (DEDECCA, 1998).

Ao trabalhador é remetida, então, a responsabilidade pelas suas fragilidades e empregabilidade. Diante da reorganização econômica cabe ao próprio trabalhador prover-se de

condições satisfatórias para adequar-se frente às novas exigências e requisições do mundo do trabalho, cabendo a ele mesmo a procura de saídas dessa desfavorável situação. Ser empregável passa necessariamente pelas competências e habilidades que deve adquirir para competir nesse novo contexto produtivo. A própria noção de qualificação vincula-se, então, às necessidades do mercado e não da sociedade. É nessa direção que se localiza todo o debate sobre competências, uma formulação e uma fabulação que credita ao cidadão uma capacidade de procurar e encontrar saídas por mérito e esforço próprios, referindo-se à capacidade de tomar iniciativas, ir além do que está prescrito, ser capaz de compreender e dominar novas situações; resvala em uma individualização da questão que despolitiza e esvazia de conteúdo crítico a problemática do desemprego.

Nos países desenvolvidos a estruturação do processo de trabalho esteve vinculada, no pós-guerra, à qualificação da força de trabalho, compondo um tipo de regulação das relações de trabalho mediada por acordos coletivos. A formação profissional era o parâmetro básico, nestes países que conformaram estruturas ocupacionais, para definir o enquadramento do trabalhador. Assim, o uso da força de trabalho pelas empresas sofria regulação exercida pelo Estado e por acordos coletivos, de tal modo que passava a definir a inserção na estrutura ocupacional. Em decorrência disto é que o estabelecimento de qualificações básicas foi associado a cada posto de trabalho, fazendo, pois, da qualificação peça-chave nesse sistema. É da democratização do processo de trabalho que resulta toda a sua estruturação (DEDECCA, 1998, p. 273).

A industrialização brasileira, ao contrário dos países desenvolvidos, não chegou a constituir uma estrutura ocupacional e, na realidade, nessa fase a baixa escolarização e a qualificação não foram preponderantes na estruturação do processo produtivo. Remetida às empresas, a qualificação vai aparecer, no caso brasileiro, muito mais como elemento de discurso dos gestores e como justificativa da nova política econômica, decorrente da rápida reorganização da Economia brasileira nos anos de 1990, do que como fenômeno intrínseco às mudanças no processo de trabalho e nos sistemas nacionais de relações de trabalho como nos países desenvolvidos (DEDECCA, 1998).

Os padrões de inserção ocupacional antes considerados estáveis e não tão desfavoráveis à parte jovem da população mudaram. O jovem de origem pobre antes dos 16 anos ingressava no mercado de trabalho, em segmentos da construção civil, pequeno comércio, agricultura e indústria; os da classe média, antes dos 20 anos, em postos intermediários da grande indústria e dos serviços; enquanto o jovem rico, por mais tempo na inatividade, apenas após os 20 anos ingressava na maior parte das vezes em postos mais importantes da hierarquia e em atividades econômicas do setor público e privado. Já a partir da década de 1980 ocorre rápida e profunda mudança nesses padrões, com o fim do ciclo virtuoso de crescimento econômico e o ingresso num período de estagnação de renda por habitante, altas taxas de desemprego e baixa mobilidade social (POCHMANN, 1998 e 2000).

Nos anos de 1990 foi uma constante a retração dos postos de trabalho ocupados por esse segmento profundamente afetado pela limitação das oportunidades de emprego, pela forma específica da sua inserção no mercado de trabalho, precária e instável, e pela

desresponsabilização do Estado em relação às políticas sociais, revelando as marcas da exclusão social a que estão submetidos (POCHMANN, 2002), pois condições adicionais são geradas não só para a reprodução da pobreza, mas para o aumento da violência e atividades ilícitas.

A expectativa do jovem brasileiro de que possa viver e trabalhar melhor que seus pais é, segundo dados da UNICEF/ONU (1999), sobremaneira pessimista, sendo que duas ordens de razão são apontadas para tamanho desalento: o quadro de desigualdade econômica, expressa nos indicadores de pobreza, violência e analfabetismo, e o próprio rumo que a Economia nacional tomou, cujo baixo dinamismo está sendo incapaz de criar os empregos necessários. Isso tem tomado, portanto, absolutamente frágil a percepção do jovem de que a superação desse quadro, e mais especificamente das dificuldades que tem enfrentado possa, ocorrer através do trabalho.

Mesmo não sendo recente a discussão sobre a importância dos jovens para as estratégias de desenvolvimento, no Brasil é um debate incipiente podendo ser remetido aos riscos de rupturas sociais e econômicas no contexto das transformações contemporâneas e, embora contraditoriamente, o papel intervencionista do Estado é questionado pela hegemonia neoliberal. Deriva daí maior preocupação em implementarem-se políticas públicas de integração social e profissional da juventude. Por isso, a escolaridade e (dê)s emprego juvenil passam a constituir focos cada vez maior das políticas sociais, de tal modo que vários governos têm adotado políticas de inserção social e profissional para essa faixa da população.

A quinta posição ocupada pelo Brasil, em 1999, em termos de quantidade de jovens em todo o mundo é significativa, assim como a representação de um pouco menos de 1 / 5 em relação ao total da população brasileira. Deve-se agregar a isso as recentes características dessa faixa etária, como a expansão de jovens negros no total da população de 15 a 24 anos, o aumento expressivo de causas de morte associadas à violência, a participação dos jovens na intensificação do movimento migratório para algumas regiões, o aumento de jovens na posição familiar de cônjuges ou chefes de família, menor tempo livre, analfabetismo e baixo sucesso educacional. Todos esses aspectos ganham ainda mais complexidade se guardarem recortes por sexo, gênero, etnia, cor/raça.

Assim, mesmo que registrada a redução da participação relativa dos jovens no total da população, transição demográfica que ocorre desde o fim da década de 1960 (DEDECCA, 1998; POCHMANN, 2000), não se pode desconsiderar a condição estratégica dessa faixa etária tanto do ponto de vista do indivíduo como da perspectiva da construção de uma nação. Essa parece ser uma ideia até certo ponto consensual presente nos discursos governamentais diante de um padrão instável e precário de inserção profissional do jovem. Como resposta, então, à qualificação tem-se creditado a expectativa de preparar o jovem para a entrada no mercado de trabalho agregado de um campo ético-valorativo que enuncia tensões e interrogações em torno de suas pretensões e de seu possível alcance e efeito, a exemplo da solidariedade e do voluntariado.

### **3 OS PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS E A ÊNFASE NA SOLIDARIEDADE E NO VOLUNTARIADO**

É a partir dos anos de 1990 que, no espaço público brasileiro, a temática da juventude começa a ganhar projeção e complexidade. Também no âmbito da Política Pública para o Trabalho, o jovem passa a ter relevância como público-alvo já que, engrossando as estatísticas de desemprego, constitui uma ameaça de desagregação do tecido social, revelando a magnitude do problema que expõe a nossa pobreza estrutural, passando a figurar no quadro de preocupação de quaisquer governos e organismos internacionais.

Essa situação, conforme já assinalada, compõe o processo de mudanças substantivas no padrão de produção capitalista e no mercado de trabalho, uma transformação produtiva e ocupacional e, nessas circunstâncias, a exclusão dos jovens que pretendem entrar para o mercado de trabalho com marcadas deficiências constitui ameaça que tem levado para a agenda pública o jovem como pauta de preocupação no cenário político-institucional.

Nos programas de qualificação profissional juvenis há uma característica, observada também em experiências de outros países latino-americanos constatada através de uma recente literatura, resumida na presença de forte componente participativo com apelo à solidariedade e ao trabalho voluntário. Esta ênfase aparece quase sempre como uma inovação programática, sobressaindo a ideia de que a atuação voluntária possibilita aos jovens a chance de desenvolver percepção, sensibilidade, flexibilização, capacidade de reflexão e interpretação da realidade social; autoestima, capacidade de escolha e de tomada de decisão, habilidade de conviver e trabalhar cooperativamente e respeito mútuo.

Põe-se em cena um paradigma que impõe novos conceitos e requisitos de qualificação, gerando-se uma expectativa de participação efetiva e conseqüente do jovem na discussão e resolução de problemas mais gerais da população (FOGAÇA, 1998; CAMPOS e SOUZA, 2000). Nesta linha, o voluntariado jovem pode acontecer, tanto através de ações criadas por eles próprios, como pelo engajamento em uma organização de fim social, compondo, assim, um possível quadro de protagonismo juvenil. Neste plano, a solidariedade e o voluntariado são enunciados como valores e práticas a serem exercitados num momento em que sobressai a precarização do trabalho, colocando-se em suspenso o trabalho estável como vetor de ascensão social e possibilidade de garantir a integração de todos à sociedade capitalista.

Rosanvallon (1981), ao se referir às alternativas de combate à crise do Estado Providência, propõe, ao par de uma redução da demanda do Estado, um reencaixe da solidariedade na sociedade e a produção de uma maior visibilidade social. Tal reinserção da solidariedade na sociedade está pensada basicamente na aproximação da sociedade de si mesma, tornando-a mais densa no tocante à existência de variadas formas de sociabilidade. Pensar que, ao densificá-la, a sociedade passa, segundo o autor, a valorizar o elemento solidariedade, tornando-o fundamental e alternativo ao modelo de sociedade de consumo. Deixar aflorar mais distintamente o movimento da solidariedade (ROSANVALLON, 1981, p. 98), significa propiciar a formação de elos de solidariedade sem a intermediação do Estado,

assumindo, nessa concepção, uma dimensão voluntária, sem o pré-estabelecimento de regras e/ou processos.

Mas faz-se necessário, ainda na análise de Rosanvallon, elevar a visibilidade social, quer dizer: deixar aflorar mais distintamente o movimento da solidariedade (1981, p. 98), tornando o social mais compreensível e, ao mesmo tempo, propiciando a formação de elos de solidariedade mais reais, sem a intermediação do Estado. Aumentar a visibilidade social é permitir que se enxertem na sua expressão formas de socialização trans versais e solidariedades curtas (1981, p. 101). Assumiria, pois, nessa concepção, uma dimensão voluntária, sem o pré-estabelecimento de regras e/ou processos. Deste modo, surgiria não apenas uma solidariedade institucional, mas também uma solidariedade imediata. Esse pensamento, especificamente no que se refere a esses vetores como meios de oposição de resistências ao Neoliberalismo, acaba aproximando-se dessa perspectiva naquilo que concerne remeter à sociedade civil o papel e a responsabilização com a questão social, ainda mais se tratando da realidade dos países periféricos, como o Brasil. Em vez, pois, de solidariedade e responsabilidade social, criam-se e incentivam-se modalidades de respostas individuais que não constituem direitos, mas ações voluntárias, assistemáticas, de ajuda pontual e informal.

O discurso e o recurso à solidariedade e ao voluntariado precisam ser analisados naquilo que têm por trás, como observa Demo (2001), referindo-se ao ideário neoliberal, sobretudo em sua tática de desmonte do Estado e apelo à sociedade para atividades voluntárias como substituto das políticas sociais. Como suporte ideológico-político das mudanças efetivadas nas relações entre Estado e sociedade, a doutrina neoliberal é incompatível com o keynesianismo e o solidarismo que então preponderavam nos alicerces do Welfare State; enquanto no campo econômico o neoliberalismo prega a desregulação e o não intervencionismo estatal, no campo político este projeto assenta-se na despolitização das relações sociais.

Reside nessas ideias o surgimento de um tipo de sistema de proteção que combina Estado, mercado e sociedade civil identificado, na Europa, como um Welfare mix ou pluralismo de bem-estar. Ao Estado cabe o recurso do poder, ao mercado o capital e à sociedade a solidariedade, de tal modo que as iniciativas locais da sociedade e o voluntariado caracterizariam uma inovação no enfrentamento da pobreza (ABRAHAMSON, 1992; MISHRA, 1995).

A solidariedade é termo-chave introduzido no âmbito do pluralismo de bem-estar europeu, desde os fins dos anos de 1970, juntamente com os conceitos de descentralização, participação, parceria ou co-responsabilidade, auto-sustentabilidade, dentre outros (PEREIRA, 2004). Para o neoliberalismo a solidariedade constitui, então, eixo estratégico, na medida em que pode acalmar conflitos sociais de modo a permitir a recuperação da supremacia do mercado, gerando uma ideia e criando um clima de pretensa cooperação e envolvimento geral. Deixam-se de lado os conflitos sociais e estruturais entre capital e trabalho, o processo voraz de concentração de renda e a exacerbação crescente da exclusão social (DEMO, 2001, p. 65). É um discurso que isenta as elites de mudanças estruturais dando à solidariedade um peso e um significado inclusive para as camadas mais empobrecidas da população, como uma tática de trégua ou entrega, cujos efeitos obtidos são o abafamento dos conflitos já que introduz a ideia de que todos devem ser solidários; um chamado quase mítico, um dever moral.

Nessa direção, o jovem ganharia com o trabalho voluntário, para além do desenvolvimento da própria auto-estima e da autonomia, a organização e o fortalecimento da sociedade. Aparecem como exemplos desses ganhos, a melhoria do nível de informação e formação da população jovem, desenvolvimento de lideranças, solução de problemas e necessidades da comunidade, articulação e amadurecimento da sociedade civil e construção de um novo imaginário social de cidadania - com base na responsabilidade, cooperação, solidariedade e compromisso. (CAMPOS e SOUZA, 2000, p. 3)

Há, sem dúvida, uma propagação ideológica do termo solidariedade, tanto no campo governamental, quanto no âmbito da própria sociedade civil, como expressa Gusmão (2000), aparecendo tanto nos discursos oficiais, quanto nos de movimentos sociais, podendo-se atribuir visões diferentes do termo. Mas hegemonicamente seu uso mais recorrente passou a significar, no contexto do Neoliberalismo, consentimento entre classes. Retomando-se, então, nos termos gramscianos o conceito de hegemonia como a capacidade de determinado grupo manter-se na direção do poder, mesmo sendo a sociedade um bloco social heterogêneo e marcado por contradições de classe profundas, é preciso pensar que a Ideologia, como um elemento de hegemonia, tem a força de um valor produzido compondo o próprio processo histórico. Por isso, não se trata de pensar a existência de uma falsa ou verdadeira solidariedade, mas de concepções de solidariedade que servem a projetos societais distintos.

Por isso, mesmo considerando-se os possíveis avanços que a qualificação profissional de jovens tenha atingido, constituindo a agenda pública brasileira, e a pertinência de seus enunciados ético-valorativos, há que se questionar se essa qualificação, exigida e apontada como indispensável tanto à competitividade das empresas como à possibilidade do trabalhador ingressar no mercado de trabalho, é mesmo, nos moldes postos, uma resposta pertinente à superação do problema social do desemprego e da precarização profissional, conforme já interrogam alguns estudiosos (DEDECCA, 1998; GENTILI e FRIGOTTO, 2000).

Nesses termos, muito do que se diz da qualificação profissional parece fazer parte de um processo de construção discursiva, política e ideológica da realidade do novo mundo do trabalho globalizado, que acaba por desviar a responsabilidade social do desemprego para o plano individual, imprimindo no próprio imaginário das classes trabalhadoras a ideia de que, mediante as diferentes modalidades deste tipo de formação, todos se tornarão empregáveis. Os fundamentos ideológicos pressupostos podem ser questionados nestas ações que visam a redução do desemprego, o aumento das fontes de renda dos trabalhadores e a promoção da cidadania, dentre os quais o PLANFOR (Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador) tem inscrição no centro dessas políticas. Resultados de pesquisas empíricas junto a egressos do PLANFOR fornecem algumas evidências de que a cidadania encontra-se mais abalada pela heterogeneidade e precariedade da estrutura do emprego do que pela falta de qualificação profissional.

Assim, o modo como a solidariedade e o voluntariado têm aparecido nos programas de qualificação profissional para jovens tendem - dada a concepção restrita e focalizada sobre a realidade, fora da esfera do político e com apelo humanitário - a reafirmar ações pontuais e fragmentárias característica das políticas sociais brasileiras. Tendem, por conseguinte, a reeditar

velhas fórmulas e estruturas que caracterizam um tipo de intervenção que se efetivou por uma sociabilidade anterior à própria regulação estatal da assistência e a uma problematização da questão social, caracterizada por sociedades reguladas pelas interdependências tradicionais - família, vizinhança - existentes em nome da tradição e do costume, agora inspiradas em nome do amor ao próximo, uma política moral de proteção benevolente e voluntária. Uma tendência conservadora hegemônica na Europa e nos Estados Unidos que é estimuladora de uma autoproteção que vai na contramão das conquistas e dos avanços já conquistados. O campo dos Direitos Sociais.

#### **4 CONCLUSÃO**

Para enfrentar a problemática juvenil os governos têm lançado mão de programas de qualificação profissional que, de forma evidente, têm recorrido a concepções e conteúdos que pretendem conformar uma estratégia de enfrentamento da pobreza e do desemprego, mas que pode agir na contramão desse desafio. Presentes nos programas direcionados a jovens em busca do primeiro emprego, o recurso e o discurso da solidariedade e do trabalho voluntário parecem mais simulacros, arranjos que não atingem o fulcro do problema. Embora possam intencional princípios éticos relevantes, anunciados muitas vezes pelos próprios jovens como pontos positivos dos programas (LEITE, 2003), conferir continuidade e permanência, saindo-se apenas das ações programáticas e chegando realmente a constituir uma política pública, é a meta que a sociedade deseja.

Os programas acabam pondo à mostra uma perversa relação entre qualificação e busca de emprego, uma vez que seu conteúdo, primando pela ação solidária e voluntária enfrenta, no limite do sistema, a realidade do desemprego. Essa relação perversa revela-se na medida em que se investe em cursos de qualificação de modo excessivo, voltados exclusivamente para o mercado de trabalho, sem se considerar como variável fundamental a geração de postos de trabalho que absorvam esses jovens. Na realidade, tais iniciativas só terão a capacidade de abrir caminhos se estiverem articuladas à mudanças estruturais, de modo a realmente poder ampliar o horizonte da inclusão social.

A Educação para o Trabalho não tem sido tradicionalmente colocada na pauta da sociedade brasileira como universal, implicando num entendimento da educação profissional não na ótica do direito à educação e ao trabalho, mas associando-a unicamente a “formação de mão de obra”, reproduzindo aquele dualismo existente na sociedade brasileira entre as “elites condutoras” e a maioria da população. Não se pode, portanto, pensar no conteúdo desse discurso sem considerar o debate sobre o papel do Estado, tanto no que se refere à economia quanto no que diz respeito à sua intervenção na Área Social. aí que se insere toda a discussão da Educação como preparação para o trabalho, em que a qualificação ganha dimensão importante, mas que, no tom neoliberal vincula às especificações e exigências do mercado informada, inclusive, pela agenda das agências internacionais.

Está posto como necessário, pois, discutir o papel atribuído à qualificação profissional como instrumento de integração social e de inserção no mercado de trabalho dos jovens atendidos, inclusive numa tentativa de esclarecer-se a relação desses programas com as questões postas pela reestruturação capitalista como o desemprego e o subemprego juvenil, as situações de exclusão e de expansão da violência entre os jovens.

Há inúmeras mistificações, atualmente que tentam conferir eternidade à (des) ordem mundial. Por isso, muitos dos conceitos e termos abundantemente utilizados acabam sendo imposição das novas formas de sociabilidade capitalista, tanto para estabelecer um novo padrão de acumulação, como para definir formas concretas de integração dentro da nova reorganização da economia mundial.

Adverte Antunes (2002) que a crise contemporânea geradora de uma imensa sociedade de excluídos e de precarizados expressa que, na era da reestruturação produtiva, das flexibilizações e das desregulamentações, a “classe que vive do trabalho” encontra-se bastante complexificada e heterogeneizada – qualificados / desqualificados, estáveis/precários: jovens/velhos, homens/ mulheres, nacionais/imigrantes; brancos/ negros, inseridos/ excluídos. Nestes “tempos tão desarticulados” um enorme desafio se coloca para o mundo do trabalho, que consiste em resgatar o sentido de «pertencimento de classe’ reatar os laços de solidariedade e consciência daqueles que vivem do trabalho, que a era da reestruturação produtiva e o seu ideário pós-moderno - procuram fraturar e fragmentar, mas que estão impossibilitados de eliminar (AUNTUNES, 2002).

Pode-se ainda recorrer a Mészáros (1996) que assevera que, para chegar-se à reconstrução da solidariedade internacional do movimento socialista sobre a base material globalmente alterada do capitalismo do pós-guerra, será necessário considerar e responder às transformações materiais objetivas que ocorreram na estrutura internacional do capital, pois só essas transformações, na verdade, oferecem nova margem de ação para aqueles que acreditam na potencialidade da emancipação humana, ainda que alguns neguem a força da identidade de interesses de classe, conforme afirmam os que defendem a tese do “adeus ao trabalho”, ou os que falem de uma solidariedade colaboracionista. O processo de qualificação só assumiria, então, um sentido histórico efetivo, ou um caráter democrático, se articulado a uma nova visão de desenvolvimento e um novo sentido do trabalho, na interessante perspectiva de Mészáros, centrado na cultura do limite do desenvolvimento e orientados pela perspectiva do valor de uso da Ciência, Tecnologia e do processo produtivo.

Deste modo, a disseminação na sociedade de atributos, justificados em decorrência do avanço da Tecnologia, torna hegemônica uma forma de compreender o mundo que contém os valores a serem incorporados pela força de trabalho nesse momento histórico. A ênfase nos aspectos “subjetivos” das capacitações coloca, aparentemente, a qualificação profissional em patamares multidimensionais (DEDECCA, 1998), ao mesmo tempo em que assegurar direitos passa a ser uma responsabilidade não do Estado, mas de toda a sociedade; não no sentido da contribuição compulsória do financiamento estatal, mas uma sociedade mitificada e uma visão de cidadania esvaziada da noção de direitos fundamentais e universais (MONTAÑO, 2002).

É importante que a Política Pública para o Trabalho, e nesta a qualificação profissional, extrapole a área do emprego propriamente dito, contudo ela não pode prescindir do trabalho. A garantia do trabalho como direito e componente essencial na formação do jovem, como indivíduo e cidadão, implica superar a visão restrita do posto de trabalho, pois isso por si só não gera a inclusão (LEITE, 2003). É preciso a elevação da escolaridade, a educação profissional continuada, a proteção social etc., condições que assegurem dignidade individual e coletiva. E, em outras palavras, a presença da cidadania plena. Por isso, a solidariedade e o voluntariado como aprendizado profissional, lição de cidadania e aquisição de experiência para os jovens não podem ter um fim em si mesmos, mas podem compreender todo um processo que assegure uma institucionalidade a fim de reconhecer-se a vivência adquirida. É a institucionalidade que pode conferir continuidade e permanência da política, saindo apenas das ações programáticas e chegando, realmente, ao nível de uma política pública.

**THE APPEAL TO SOLIDARITY AND THE VOLUNTEER WORK IN THE  
PROGRAMS OF PROFESSIONAL QUALIFICATION OF YOUNG: good intentions  
and doubtful effects**

ABSTRACT

This article deals with the particularity of programs of professional qualification of young in the scope of the Public Policies for the work in Brazil, as an appeal to solidarity and to the volunteer work. It conforms a speech based in the neoliberal ideals translated in a theoretician-philosophical resource ahead of the capitalist crisis, in special face its striking in the world of the work. it intends just a introductory approche, however a critical one on the politician bedding of this resource and its speech. The phenomenon of the productive reorganization and its impacts are assumptions of the redefinition of the role of the State on Social Public Policies.

Keywords: Solidarity. Volunteer Work. Professional Qualification, Young.

REFERÊNCIAS

ABRAHAMSON, Peter. **Welfare pluralism**: para um novo consenso na política social. Traduzido por Potyara A. P. Pereira. NEPPPOS/ CEAM/UnB. Brasília, 1995.

ANTUNES, Ricardo. Crise do Trabalho coloca como desafio resgatar sentido de classe. A lógica destrutiva. Artigo **Folha de São Paulo**, 2002.

CAMPOS, Márcia e SOUSA, Vilma de. **O Voluntariado como forma de protagonismo juvenil**. 2000. Disponível em [http:// www.bireme.br/bvs/adolesc.>](http://www.bireme.br/bvs/adolesc.>) Acesso em 1 8.ago.2004.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Estado e Políticas Sociais no Brasil contemporâneo. **Revista de Políticas Públicas**. Programa de Pós- Graduação em Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. v. 6, n. 1, 2002.

CASTEL Robert. **As metamorfoses da questão social**; uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Emprego e Qualificação no Brasil dos anos 90. In: OLIVEIRA, M. A. (Org.) **Reforma do Estado & Políticas de Emprego no Brasil**. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.

DEMO, Pedro. Brincando de solidariedade: Política Social de primeira dama. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Org.). **O Comunidade Solidária: o não-enfrentamento da pobreza no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.

FOGAÇA, Azuete. A educação e a reestruturação produtiva no Brasil. In: OLIVEIRA, Marco Antônio (Org.) **Reforma do Estado & Políticas de Emprego no Brasil**. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.

GENTILI, P. ; FRIGOTI'O, O. (Orgs). **A cidadania negada**. Políticas de exclusão na educação e no trabalho. Buenos Aires: CLACSO. 2000. 275p.

GUSMÃO, Rute. Ideologia da solidariedade. **Revista Serviço Social & Sociedade**, v. 21, n. 62, São Paulo: Cortez, Março, 2000.

LEITE, Elenice Moreira. Juventude e Trabalho: criando chances, construindo cidadania. In FREITAS, M. V. e PAPA, F. C. (Orgs). **Políticas Públicas Juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.

LEÓN, Oscar D. Da agregação programática à visão construtiva de Políticas de Juventude. In FREITAS, M. V. e PAPA, F. C. (Orgs). **Políticas Públicas Juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.

MÈSZÁROS, István. A constituição da solidariedade. In: **O poder da Ideologia**. São Paulo: Ensaio, 1996.

MISHRA, Ramesh. **O Estado Providência na Sociedade Capitalista**. Oeiras: Celta, 1995.

MONTAÑO, Carlos E. **Terceiro Setor e Questão Social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

PEREIRA, Potyara A. Pereira. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In SALES, M. A. et.al (Org). **Política Social e Juventude**. Uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004

POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado**. Exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.

\_\_\_\_ **A década dos mitos**. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_ **Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade**. Novos caminhos para a inclusão social. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. Cortez, 2002.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. A face social da mudança econômica: funções da pobreza. In: BARROS, F. et. ai. **As estratégias dos Bancos Multilaterais para o Brasil (2000-2003)**. Brasília: Rede Brasil, 2001.

SILVA, Maria Ozanira S, et. ai. Avaliação de uma Política Pública para o Trabalho no Maranhão. **Série Políticas Públicas em Debate**. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, v. 1, n. 1, 2001. São Luís: EDUFMA, 2001.

SPOSATI, Aldaíza. A inclusão social e o Programa de Renda Mínima. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo:Cortez, n. 66, jul. 2001.

SPOSETO, Manha Pontes e CARRANO, Paulo Cezar Rodrigues. Os jovens na relação sociedade-estado: entre “problemas sociais” e concepções ampliadas de direitos. In LEÓN, O. D. (Org) **Políticas públicas de juventud en América Latina**. Ediciones CIDPA, Vina del Mar, Chile: 2003.